



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ação: Plenária territorial do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (CODETER) Baixo Sul da Bahia.

Local: Centro de Formação do SENAR, Gandu-Ba

Pauta/Objetivo:

- Recomposição das 18 entidades do Núcleo Executivo para o biênio 2023/2025;
- Orientações para eleição do Núcleo Diretivo (Comissão eleitoral);
- Camarás ou eixos temáticos - reestruturação e ou a criação de novas.

Instituições presentes na plenária territorial: 1. CAR - Paulo Henrique/Marcelo Lavhanica, 2. COOPEMARC - Cláudio Lisboa da Silva, 3. CICOQ - Jose Ramos, 4. UNEB - Jose Amândio, 5. ABPAGI - Domingos Conceição dos Santos, 6. BAHATER, 7. CESOL/SETRE, 8. FASE - Roselia, 9. COOMAFES - Branca, 10. IFBAIANO - Josué, 11. CIAPRA Baixo Sul - Teylor, 12. SEMAC (Pref. Municipal Teolândia) - Nil, 13. CAAF - Vera, 14. SINTRAF PTN - Isabel e Juarez, 15. SASOP - Cibele e Alianildo, 16. Central Mata Atlântica - Domão, 17. ADAB - Maia, 18. ADAM - Assoc. de Doceiras de Moenda/Pres. Tancredo Neves - Eliane, 19. ADEBASUL Gandu, 20. AOC - Camamu, 21. APMTF Igrapiúna, 22. APPRFC - Gandu, 23. APREB Gandu, 24. Associação de Pescadores Quilombolas Graciosa Taperoá, 25. Associação do Sobrado Camamu, 26. Associação Comercial de Valença/Jornal Valença Agora/CDL, 27. BIOEDUCAR Valença, 28. CETEP - Gandu, 29. CMDS - Camamu, 30. COOAFI - Igrapiúna, 31. COOBPAGI - Ituberá, 32. COOPADESBA - Gandu, 33. COOPROCAM - Camamu, 34. Comissão Pastoral da Pesca (CPP) - Baixo Sul Taperoá, 35. FASCEVA/Quintas Feministas - Valença, 36. FETAG - Igrapiúna, 37. IJ/CECA - Ituberá, 38. MST - Agnaldo, 39. Poder legislativo - Gandu, 40. Secretaria de Agricultura - Gandu, 41. Secretaria de Agricultura - W. Guimaraes, 42. Secretaria de Meio Ambiente - Gandu, 43. Secretaria de Pesca e Aquicultura - Valença, 44. SEMA - Pres. Tanc. Neves, 45. Sociedade Civil: Edjalma B Santos - Gandu, 46. Sociedade Civil: Edmilde da Silva Farias - Gandu, 47. Sociedade Civil: Paulo de Jesus - Gandu, 48. Sociedade Civil: Valdir Santos - Gandu, 49. STTR - Igrapiúna, 50. Unisol Bahia - Camamu, 51. Unisol Brasil - Valença, e 52. SEPLAN/ADT - Taperoá.

Abertura: O Srº. Jose Amândio cumprimenta as representações das entidades que atual no território Baixo Sul e que se deslocaram de seus lares para estar neste momento importante para a política territorial, em seguida agradece ao Srº. Renato pela recepção em sua casa, em tempo convida os demais coordenadores para fazer uso da palavra, não havendo manifestação foram convidados o Srº Renato e o Srº Jorge Sarmiento, para falar pelas representações locais do município de Gandu, um representando o poder público e o outro a sociedade civil. O Srº Renato - relatou as ações desenvolvidas pela unidade do SENAR no município de Gandu, sendo a ações que impactam diretamente os territórios do baixo sul, rio das contas e litoral Sul. As ações iniciaram em um tempo sombrio da onde a vassoura de bruxa colocou em risco a cultura do cacau. Naquele momento foi necessário buscar soluções para a lavoura cacaueira assim buscou parcerias com a CEPLAC, EBDA, SEBRAE, ADAB, secretaria de agricultura dos municípios entre outras instituições parceiras. Naquele momento foi observado que apenas com cacau não seria possível garantir a sobrevivência econômica de nossa região e assim liderou uma busca por novas tecnologias, sendo que umas das alternativas foi diversificar as culturas presentes na região,

Território de Identidade do Baixo Sul: ARATUÍPE - CAIRÚ - CAMAMU - GANDU - IBIRAPITANGA - IGRAPIÚNA - ITUBERÁ - JAGUARIPE - NILO PEÇANHA - PIRAI DO NORTE - PRES. TANCREDO NEVES - TAPEROÁ - TEOLÂNDIA - VALENÇA - WENCESLAU GUIMARÃES.



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

para isso viabilizou visitas técnicas a outras regiões como a de Bom Jesus da Lapa e assim iniciar a modernização da cultura da Banana tipo terra, em seguida graviola, abacaxi, maracujá, açaí entre outras. Também viabilizou a vinda de técnicos e envolver as universidades para auxiliar nas pesquisas para implantação de novas culturas a fim de ampliar a diversificação de frutíferas para além do cacau. Neste sentido o Curso técnico em fruticultura na modalidade semipresencial onde o aluno faz os estudos em casa e aos sábados no polo para as aulas práticas. Neste sentido destaca que ao implantar o curso teve muito cuidado para não gerar conflitos na sucessão familiar, visto que a implantação de novas tecnologias cria resistência dos pais, pois conflita com o modo de fazer deles algo que já é da cultura local. Para isso o SENAR optou por investir também nos filhos, pois os pais tiveram e tem acesso a várias opções de Programas em formação profissional (FPE), sendo assim o SENAR entendeu que a instituição devia cuidar dos filhos e com a formação adquirida no curso essa sucessão aconteceria naturalmente, sendo que com gerenciamento das propriedades sendo que o jovem qualificado para transformar a realidade do homem do campo de forma digna e gerando renda para que eles se motivem a permanecer no campo, constituir família e assim se manter no campo. Dando continuidade o Srº Jorge Sarmiento - Secretário de Agricultura do município de Gandu, representante do Poder Público local fez uma fala abordando as ações da secretaria de agricultura para os agricultores familiares do município através do programa cacau mais, da assistência técnica a outras culturas, do apoio na abertura de tanques para criação de peixes e da mecanização das estradas rurais.

Finalizada as falas das representações da sociedade civil e do poder público do município, foi passada a palavra para a coordenação onde foram destacadas as principais ações realizadas nos últimos dois anos de atividade o qual teve como principal desafio a adaptação a uma pandemia, e que hoje se encerra um ciclo e no pós-pandemia, foi necessário retomar as reuniões e no formato itinerantes e neste sentido sendo necessário articular logística (caronas) e alimentação para representações e neste sentido foi importante a contribuição das instituições com as caronas solidárias, ofertadas pelas entidades da sociedade civil e poder público e o apoio do governo do estado através da CET custeando alimentação para esta reunião e em outras duas oportunidades.

Cláudio - saudou as representações e destaca a importância da participação da coordenação representados pelo Srº Amândio, Paulo e Rosélia, os quais se dedicaram honrosamente a missão de coordenar em conjunto as ações deste colegiado nos últimos anos, não deixando de considerar o desafio do período pandêmico. O mesmo faz um destaque a contribuição e dedicação a figura do ADT, que contribuiu ativamente na coordenação e articulação para que este colegiado aconteça. Além disso destaca as ações desenvolvidas nos 27 territórios do estado da Bahia, através da articulação realizada pela Coordenação Estadual dos Territórios. Amândio destaca a relação dos coordenadores em atuação sinérgica e que diante do exposto na reunião ordinária anterior em consideração a uma situação familiar, mas que se dispõem a colaborar ainda que distante da rotina do território Baixo Sul. E que continuará ministrando as aulas na universidade. Paulo destaca a colaboração desta coordenação nas reuniões encaminhadas para apreciação e encaminhamentos desta coordenação, o mesmo reitera a importância das reuniões serem realizadas no formato itinerantes tendo como objetivo aproximar as discussões das políticas públicas do Governo do Estado da Bahia nos municípios e que é gratificante constatar o impacto de pessoas e entidades alcançadas nos municípios onde se tinha um número de aproximadamente 120 entidades e hoje constata-se quase 150 entidades neste oito municípios visitados sem as informações das entidades da reunião de hoje aqui em Gandu.

Rosélia destaca a participação de Amândio na política territorial, onde a mesma se recorda o início de sua



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

jornada na política territorial por meio de um grupo técnico e que hoje agradece sua participação efetiva e colaboração mútua no desenvolvimento do território Baixo Sul. E reitera, mas uma vez a necessidade de substituir a terminologia cadeia produtiva por sistemas produtivos o qual entende ser mais adequado a realidade produtiva no território Baixo Sul.

Em seguida João Nildo nosso Agente de Desenvolvimento Territorial – ADT SEPLAN, foi convidado a fazer uma fala avaliando esses dois anos de coordenação o mesmo expressou sua gratidão aos quatro coordenadores pela cooperação nas ações desenvolvidas nesse ciclo de dois anos e destaca a capacidade contributiva das quatro representações os quais conseguiam realizar as devolutivas em tempo hábil e dar os encaminhamentos das ações demandadas a fim de promover uma governança participativa e colaborativa em favor desenvolvimento do Território Baixo Sul. O mesmo reiterou ainda da importância da participação social na discussão das demandas deste colegiado observando que ainda que apresente discordância da realizações das reuniões no formato itinerantes é possível notar que essa ação é positiva pois favorece a participação social no âmbito de todos os municípios integrantes deste colegiado e promove o acompanhamento da execução das políticas públicas nos municípios citando como exemplo de uma ação demandada por este colegiado que foi durante o PPA 20 a 23 que solicitava do governo estadual a modernização das feiras livres dos municípios no território baixo Sul e nesse sentido esse monitoramento aconteceu em loco nos municípios de Ituberá, Valença, Taperoá, Camamu e Igrapiúna entre outras ações executadas nas reuniões realizadas nos municípios, assim como o monitoramento do andamento dos empreendimentos contemplados no Bahia Produtiva executado pela CAR.

Após a fala da coordenação foi encaminhada para comissão eleitoral representada por: Paulo Santana (CAR), Domingos (ABPAGI), Alianildo (SASOP), Vagner (FETRAG) e Joao Nildo (SEPLAN). Antes da fala da comissão a senhora Eliane Oliveira conhecida popularmente como Liu ADAM, apresentou encaminhamento para apreciação da plenária para que o biênio 2023 a 2025, fosse coordenado por uma entidade da sociedade civil visto que o mandato atual tem a coordenação do poder público, concluída sua explanação foi colocada para apreciação da plenária a qual não apresentou pontos contrário sendo foi colocado em votação, sendo acolhida por aclamação que nova coordenação do CODETER Baixo sul seja conduzida por uma entidade da Sociedade Civil.

Dando segmento o senhor João Nilton - Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT), destacou que em relação à frequência a serem consideradas, conforme o previsto no **EDITAL N ° 01/2023**, que em seu Art. 2º - Para concorrer a uma vaga no Núcleo Diretivo do CODETER TBS para o Biênio 2023/2025, as instituições para candidatar-se é necessário que o membro/entidade já faça parte do CODETER TBS e tenha participado de no mínimo, 50% das plenárias do CODETER, no prazo de um ano, conforme Art. 12, § 1º do RI.

Dando sequência a pauta será demonstrada a frequência das reuniões presenciais ordinária e ou extraordinária que aconteceram nos municípios de Ituberá, Ibirapitanga, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Camamu, Igrapiúna, Presidente Tancredo Neves e a nossa última reunião ordinária realizada no município de Valença. No primeiro momento foram avaliadas às justificativas pois aconteceram diversas alterações na programação ordinária conforme foi relatada por várias representações presentes na plenária que as alterações nas datas ou seja a previsão regimental era que as reuniões do colegiado acontecessem sempre às segundas quintas-feiras do mês, mas em diversos momentos foi necessário fazer alteração na programação do dia de realização das reuniões ordinária (2ª quinta-feira) do mês, a qual foi deliberada em plenária Territorial e previsto no Regimento Interno, mas que em atenção a demandas apresentadas pelas próprias entidades que compõem o núcleo executivo,



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

justificado a necessidade de mudança na programação ordinária a fim de não causar prejuízo na participação das mesmas. Sendo assim o mesmo reitera a necessidade de observar este detalhe no momento que for fazer a avaliação qualitativa das entidades antes de validar, vale questionar essa ou outra situação em relação às entidades que tem baixa frequência, mas que tem participação ativa, mas que em função das mudanças na programação ordinária justificaram ausência o que as leva ter, mas mais justificativa do que presença. Iniciando o processo de avaliação pelas entidades do poder público no qual as entidades: Bahia Pesca e CEPLAC não estão em dia com as agenda ordinárias visto que não informarão seus representantes na condição de titulares e suplente, atenção para a situação da Bahia Pesca, pois a equipe que a executava ATER para os pescadores e marisqueiras do território através da FLEM, teve o seu contrato cancelado ainda no período da pandemia, não sendo retomado, para isso uma outra empresa supre essa carência, mas que essa empresa ainda que esteja acompanhando ações do eixo pesca, não tem aval para representar a Bahia Pesca neste colegiado. A CEPLAC foi consultada presencialmente através da pessoa do chefe do escritório Regional alocado no município de Valença que havia necessidade de fazer indicação de um representante titular e um suplente ou que também se fosse acordado entre as partes, o colegiado não tem restrições caso os representantes fosse alguém aposentado, desde que este estivesse em condições de representar a entidade no núcleo executivo, no entanto não houve devolutiva em relação a solicitação e a proposta encaminhada. A Secretaria Municipal do município de Teolândia ela tem um número maior de justificativas do que de presença, sendo que as justificativas ocorrem em função a dificuldades no deslocamento logístico de seu representante e também das alterações na data das reuniões ordinária, como mencionado acima a alteração das datas sem aviso prévio, dificultando a participação do suplente nas reuniões extraordinária. Sendo assim após verificar a frequências das entidades do poder público foi colocada para apreciação da plenária a substituição e ou manutenção das entidades que não atenderem ao regimento interno em seu **Art. 30** - A exclusão da entidade/instituição ocorrerá quando a mesma, sem justificativa deixar de comparecer as 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas, ou 04 (quatro) alternadas, no prazo de cada ano, a partir da vigência deste regimento. Este artigo vale também para o núcleo diretivo. Sendo assim a ADAB - representada pelo senho Maia se prontificou enquanto ente público e de acordo a orientação estadual manifesta interesse em contribuir no núcleo executivo visto a vacância de uma entidade por ausência de representação, neste caso a CEPLAC. Em seguida a representação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município de Teolândia (SEMAC) justificou as ausências em tempo que destacou que em virtude de demandas internas da secretaria teria dificuldade de assegurar presença mensal nas reuniões ordinárias e que se outra secretaria de agricultura ou outro ente público que tivesse disponibilidade para contribuir como membro do núcleo executivo o mesmo coloca a disposição a vaga da SEAGRI/Teolândia. Em tempo que sugere que a nova coordenação busque articular com os prefeitos e secretários municipais, para que se assegure as condições mínimas para que as representações possam participar das reuniões ordinárias e ou extraordinárias continuamente. Diante a proposição da representação a comissão eleitoral encaminhou as representações presentes na plenária se posicionar. Sendo assim a Representação da SEAGRI/Gandu entendendo da importância de manter uma representação da BR 101, colocou -se disponível para fazer parte do núcleo executivo do CODETER Baixo Sul para o biênio 2023 a 2025. Após a análise da comissão eleitoral a indicação da Secretaria de Agricultura do Município de Gandu, foi colocada para apreciação da plenária sendo aceita por aclamação.

Em seguida foi iniciada a apresentação da frequência das nove entidades da sociedade civil onde das nove



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

entidades que fazem parte do Núcleo executivo todas estão presentes, sendo assim não há desistências. No entanto a ABPAGI, FASE, COOPERMAC, CIACOOQ, COOMAFES, e SASOP, atendem ao regimento para pleitear continuidade no núcleo executivo. Enquanto a Central Mata Atlântica, CAAF e SINTRAF PTN, não atendem ao regimento em relação a três falta seguidas ou três falta alternadas, desta forma a comissão franqueou a fala para representações das entidades, além de disponibilizar as listas de presença para a representação das entidades mencionadas em caso tem dúvidas ou conteste as faltas ou justificativas demonstradas na planilha. A primeira a contesta as informações foi o representante da central mata Atlântica o qual destaca que nos meses de maio (Taperoá) e agosto (Igrapiúna), a mesma está representada, após análise da comissão eleitoral foi constatada a presença a qual não foi devido a representação não ter feito a descrição de forma correta do nome da entidade em questão. Sendo assim foi colocada para apreciação da plenária que acolheu em favor da central Mata Atlântica, sendo assim a mesma atende as condicionantes regimentais para pleitear continuidade no núcleo executivo para o biênio 2023 a 2025. Continuando a próxima entidade a ser avaliada é o SINTRAF/PTN o qual apresenta quatro presenças duas ausências justificadas e três ausências não justificadas sendo assim a entidade aqui representada na atende o regimento em função **de frequência para** pleitear dar seguimento como membro do núcleo executivo para o biênio 2023 a 2025. Em seguida a comissão eleitoral disponibilizou para o representante apreciasse as informações apresentadas e caso necessário abra consulta a lista de presença para verificação. A senhora Isabel representante legal do Central PTN, não questionou as faltas indicadas, mas informa que as ausências justificadas e também as ausências não justificadas, ocorreram em função das mudanças nas datas, ou seja, a mudança da segunda quinta-feira do mês, para outras datas as quais ela e seu suplente tinham compromissos previamente agendados, o que dificultou a participação nas reuniões ordinárias ou extraordinárias. Neste sentido defende a manutenção do SINTRAF no núcleo executivo para o biênio 2023 a 2025, pois a sua entidade não deve ser penalizada em função das mudanças de datas ocorridas a qual de conhecimento de toda plenária e reforça ainda que sua entidade é de classe e representa a sociedade civil na linha da BR-101, a mesma coloca para que a plenária considere a manutenção da sua entidade no núcleo executivo visto que a mesma atua continuamente em defesa da política territorial. A comissão encaminhou para apreciação da plenária a qual acatou por maioria expressa a manutenção das condições para que o SINTRAF/PTN concorra pela sua manutenção no Núcleo executivo do território Baixo Sul. Finalizando a avaliação das representações da sociedade civil a Central das associações da Agricultura familiar do município de Valença-Ba (CAAF). A qual tem um quadro de duas presenças, 1 ausência justificada e 6 ausências não justificadas, tais informações demonstra que a entidade em questão não compre as normas regimentais para dar continuidade no núcleo executivo. A tem em sua representante a oportunidade para contestar as informações apresentadas. A mesma reiterou as informações apresentadas e que a entidade tem enfrentado dificuldades logísticas, visto que as reuniões estão acontecendo em formato itinerante e quando era centralizado em Valença dava para acompanhar as reuniões ordinária e ou extraordinárias, mas que não havendo entidades interessadas em pleitear compor o núcleo executivo a mesma, mantém o interessa da CAAF e se compromete a estar mais presente neste novo ciclo. Dando seguimento a pauta para recomposição do núcleo executivo neste ciclo de 8 reuniões ordinárias ou extraordinárias das 18 entidades que compõem outras 142 entidades totalizando 160 entidades participantes que atuam no território do baixo sul da Bahia e estiveram de ao menos uma das reuniões ordinárias e ou extraordinárias presencias e vale destacar que este número só possível graças ao formato itinerante, alternando entre os municípios da linha da BA 001 e da BR 101. Em seguida foi apresentada a



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

plenária as entidades que enviaram as informações solicitadas no edital N° 01/2023, Art. 1º, em seu § 2º - A confirmação/substituição de representantes das organizações que pretendem continuar como membro do CODETER deve ser através de ofício enviado para o e-mail: (codeterbaixosul21@gmail.com) direcionado à Coordenação Executiva até 48h antes desta Plenária, as quais devem estar presentes na Plenária para responder chamada nominal no momento da recomposição, das 08h00 às 12h00. Neste caso as entidades que enviaram ofício solicitando pleiteando ser membro do núcleo executivo foram: Poder Público - ADAB, CESOL Baixo Sul e a Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves; e pela Sociedade Civil: ADAM/PTN, CDL Valença, Terreiro Caxuter, COOMAFES, COOPERMARC, FASE, Instituto Costa do Dendê, SINTRAF/PTN. Sendo esta comissão das entidades que enviaram ofícios estão ausentes o Terreiro Caxute e o Instituto Costa do Dendê. Pelo exposto no edital para se pleitear e ou dar continuidade a condição de membro do Núcleo executivo seria necessário ter feito o envio de ofício até 48 horas antes deste momento. A senhora Rosélia desta que em outros momentos este fato aconteceu e a plenária deliberou sobre a continuidade do processo e como proposta de encaminhamento as entidades eleitas tem até a próxima reunião ordinária para apresentar o ofício conforme estabelecido no edital. Não havendo destaque a cerca deste tema, a comissão colocou em votação sendo acolhido por unanimidade pela plenária. Dando seguimento a comissão encaminhou para a plenária das entidades que atendam ao regimento interno, no entanto a Associação de orgânicos do município de Camamu - AOC, questionou sua frequência entendendo que sua participação nas reuniões ordinárias e extraordinária é maior do que o apresentado, após analisar as listas de presença, a comissão identificou e confirmou a participação em cinco reuniões ordinárias e ou extraordinárias no ano de 2023, devido divergência na forma de se identificação na lista de presença, sendo foi colocado para apreciação da plenária a fim de validar as assinaturas reconhecidas pela comissão eleitoral, desta forma diante as evidencias foram acolhidas por aclamação. Sendo assim a AOC passa atender aos requisitos regimentais podendo assim pleitear uma vaga para compor o núcleo executivo, conforme descrito em seu Art. 2º - Para concorrer a uma vaga no Núcleo Diretivo do CODETER TBS para o Biênio 2023/2025, as instituições para candidatar-se é necessário que o membro/entidade já faça parte do CODETER TBS e tenha participado de no mínimo, **50% das plenárias do CODETER**, no prazo de um ano, conforme Art. 12, § 1º do RI. Desta forma a comissão eleitoral encaminhou para as representações da sociedade civil presentes nesta plenária manifeste interesse em compor o núcleo executivo no biênio 2023/2025, substituindo a Central das Associações de Valença (CAAF), por não atender as condicionantes estabelecidas no regimentalmente deste colegiado. Em votação e por aclamação a AOC por ser a única a manifestar interesse em compor o ND representando a sociedade civil, para compor o quadro de uma das dezoito entidades que fazem parte do núcleo executivo do território baixo sul que passa a ser representado no biênio 2023 a 2025 representando a Sociedade Civil: 1. FASE, 2. COOPERMARC, 3. ABPAGI, 4. CICOQ, 5. AOC, 6. Central Mata Atlântica, 7. SASOP, 8. SINTRAF PTN, 9. COOMAFES e representando o Poder público: 10. Secretaria de Pesca e Aquicultura Valença-BA, 11. CAR, 12. UNEB, 13. ADAB, 14. Secretaria de Agricultura do Município de Gandu, 15. CESOL/SETRE, 16. BAHATER, 17. CIAPRA Baixo Sul, 18. IFBAIANO. Dando prosseguimento a comissão eleitoral convocou as 18 entidades para serem apresentadas a plenária territorial e apresentou a proposta de eleição para o núcleo diretivo onde quatro das dezoito eleitas neste momento sendo duas poder público e duas da sociedade civil podem compor o ND que tem COMPETÊNCIA: Art. 14 Compete ao Núcleo Diretivo representar a institucionalidade territorial, coordenar as ações do Colegiado, articulando agentes para a construção e implementação do Plano Territorial de



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável

CODETER Baixo Sul

Desenvolvimento Sustentável e projetos específicos e, de maneira geral, para a efetivação das decisões da Plenária, além de: I - Acompanhar as ações do CODETER no âmbito; II - Receber as propostas de projetos das entidades pertencentes ao Território e enviar ao CODETER para os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes; III - Promover ações com vistas ao fortalecimento das articulações entre as entidades do Território; V - Propor eixos orientadores para os projetos a serem homologados pela Plenária; VI - Acompanhar a implementação dos planos e projetos territoriais; VII - Estabelecer diretrizes para o funcionamento, acompanhamento, coordenação e orientação da atuação do Núcleo Técnico. A comissão propôs que as dezoito entidades se reunissem na sala ao lado para delibera quanto a nova composição para a coordenação do ND, no entanto o Sr Jose Ramos (CIACOQ) levantou questão de ordem indicando que as entidades da sociedade civil e poder publico se agrupassem por seguimento e elegeisse suas duas representações assim como a sociedade civil. Encaminhado e acolhido pela comissão e plenária, a sociedade civil após debate indicou a continuidade da Fase e COOPERMARC enquanto o poder publico indicou a CAR e a Secretaria de Pesca e Aquicultura do municipio de Valença. Concluindo a plenária de eleição e posse para o biênio 2023/2024, conforme deliberação da plenária onde ficou encaminhado que a coordenação deveria ser alternada visto que a última coordenação muito bem conduzida e ou representada por uma entidade do poder público a nova composição para coordenar o núcleo diretivo ficou com a seguinte composição: Coordenação - Rosélia Mello (FASE); Secretário Executivo - Claudio Lisboa (COOPERMARC); Secretária de Articulação Social - Monica Pereira (Secretaria de Pesca e Aquicultura Valença) e Secretário de Comunicação - Paulo Henrique Santana (CAR). Em meio a definição da composição todos foram surpreendidos com a possível saída de Paulo da coordenação territorial da CAR, neste sentido o Sr José Ramos encaminha para uma moção de repudio ao Governo do estado por fazer a substituição das coordenações nos territórios sem o mínimo de respeito com os territórios. E indica que fará um documento endereçado ao governado Jeronimo Rodrigues, apresentando pontos de discordâncias a alteração das decisões de cima para baixo sem avaliar as ações desempenhadas pelos técnicos priorizando apenas a questão política. Sendo que sem a participação da coordenação atual da CAR onde foram desenvolvidas ações nas comunidades apresentando as políticas públicas do Governo do Estado, fortalecendo o associativismo, cooperativismo e acesso a projetos que promoveram o desenvolvimento das comunidades rurais em quase todos municípios do território Baixo Sul, assegurando a participação social das representações municipais, de conselhos municipais, comunidades e instituições do território. Nada, mas havendo a tratar concluiu os pontos um e dos da pauta: Recomposição das 18 entidades do Núcleo Executivo para o biênio 2023/2025 e Orientações para eleição do Núcleo Diretivo (Comissão eleitoral), em tempo que saúdas e parabeniza pela valorosa contribuição de todos as representações para que o processo de recomposição e eleição do CODETER Baixo Sul, fosse executado com êxito. Em tempo que cumprimenta a nova coordenação a qual a partir daqueles instantes encontra-se além de eleita também empossada, sendo convida as quatro entidades aqui representadas para conduzir os trabalhos a partir daquele momento. Desta forma o próximo ponto da pauta e readequação e constituição das Câmara/Eixo temáticas do Território Baixo Sul, tendo como sugestão inicial apresentada pela plenária territorial: 1 - Agricultura, pesca e desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO), 1.1 - Pesca e Aquicultura - ABPAGI, 2 - Igualdade racial Povos e comunidades tradicionais, 2.1- Quilombola - CIACOQ, 3 - Educação e Meio ambientes - (entidade articuladores: Bioeducar, Uneb e IFBAIANO), 4 - Mulheres - (entidade articuladores: Quintas feministas e FASE, SASOP, UNISOL, COMAFES), 5 - AGROECOLOGIA (entidade articuladores: SASOP, FASE, IFBAIANO E ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES, UNISOL), 6 - Juventude



Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável CODETER Baixo Sul

(acolher o eixo existente) e 7 - Cultura (acolher o eixo existente). Não tendo nada a tratar nesta plenária territorial conforma estabelecido na proposta de pauta, eu Joao Nildo de Souza Carvalho, Agente de Desenvolvimento Territorial - ADT, pela Secretaria estadual do Planejamento - SEPLAN, dou por encerra a presente ATA, a qual segue para apreciação das entidades e órgãos parceiros.

Encaminhamentos:

- Lucas solicita que a comunicação social aconteça de forma, mas ativa no grupo do núcleo executivo, pois é neste cenário foi perceptivo um distanciamento entre as partes. Neste sentido ficou encaminhado que todas as representações devem se pronunciar dando seu parecer de acordo ao tempo demanda.
- Reunião de dezembro planejamento das ações para biênio 2023/2025
- Revisar o plano de desenvolvimento territorial - PTDSS
- Envolver os institutos e universidades na requalificação do PTDSS
- 1ª terça-feira do mês

Ausências justificadas:

Registro Fotográfico

Assinatura dos presentes: